


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0014320-55.2013.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

**CONCLUSÃO**

Aos 20/02/2014 17:06:33 faço estes autos conclusos ao  
Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.  
subscrevi.

**RELATÓRIO**

**SEBASTIÃO ROBERTO DOS REIS** propõe ação de conhecimento, pelo rito ordinário, contra **ESTADO DE SÃO PAULO**, alegando que: em 2002 "emprestou seu nome" para Eder Donizete Romeiro comprar a motocicleta Yamaha YBR placa DCR-8158, Renavam 00784251720; o veículo foi adquirido com financiamento e, após a quitação, Eder Donizete Romeiro, em meados de 2005, o alienou a um terceiro não identificado pelo autor; na ocasião, a pedido do alienante, o autor preencheu o DUT e assinou-o, entregando ao adquirente; todavia, o comprador não solicitou a transferência da motocicleta para o seu nome, de modo que o veículo, até a presente data, continua em nome do autor, que recebeu cobranças de IPVA, licenciamento e DPVAT, e foi negativado no CADIN; ocorre que o autor não é responsável por tais pagamentos, uma vez, quanto ao IPVA, o art. 134 do CTB somente prevê responsabilidade solidária do alienante por penalidades, e o tributo não é penalidade, e ainda porque o fato gerador do imposto é a propriedade que, no caso, não pertence mais o autor, desde a tradição; se não bastasse, o autor também não é responsável pelo pagamento do licenciamento, DPVAT e mesmo penalidades advindas de infrações de trânsito, já que não é proprietário e não cometeu as infrações, devendo ser observada a regra da pessoalidade das penas (art. 5º, XLV, CF) e a proscrição da responsabilidade objetiva. Sob tais fundamentos, pede: a) a condenação do réu na obrigação de excluir do prontuário do autor débitos relativos a DPVAT, licenciamento, IPVA e eventuais multas por infrações, concernentes à motocicleta; b) a condenação do réu na obrigação de não lançar novos débitos relativos à motocicleta em nome do autor; c) a condenação do réu na obrigação de não inscrever o nome do autor no CADIN por débitos relativos à motocicleta; d) a declaração de inexistência de relação


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

jurídico-tributária (IPVA) atual e futura.

A antecipação de tutela foi indeferida (fls. 28) e o réu, citado, contestou (fls. 34/45). A respeito do IPVA, sustenta que a responsabilidade do autor encontra fundamento no art. 4º, III da Lei nº 6.606/89 e no art. 6º, II da Lei nº 13.296/08, respaldadas no art. 124, II e art. 128, ambos do CTN. Quanto às penalidades, invoca o art. 134 do CTB. Pede a improcedência.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

Observe, inicialmente, ser incontroverso que o autor não é, atualmente, o proprietário do veículo, tendo-o alienado em 2005.

A ação é parcialmente procedente, devendo-se extirpar as cobranças da Taxa de Licenciamento e DPVAT, mantendo-se IPVA e penalidades.

Quanto ao IPVA, o autor não é contribuinte, mas é responsável tributário.

O art. 128 do CTN autoriza a lei a atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, desde que vinculada ao fato gerador da obrigação.

No Estado de São Paulo, o art. 4º, III da Lei nº 6.608/89 e o art. 6º, II da Lei nº 13.296/08 atribuem de modo expresso a responsabilidade tributária pelo IPVA ao alienante de veículo que não comunica a venda ao órgão de trânsito no prazo de 30 dias – caso dos autos.

O alienante é vinculado ao fato gerador – ainda que não o pratique – pois é o proprietário anterior. E a previsão legal justifica-se por conta do descumprimento de obrigação acessória – comunicar o órgão de trânsito a respeito da venda – inviabilizador de se lançar o tributo contra o atual proprietário.

O mesmo não se diz, todavia, em relação à taxa de licenciamento.

Inexiste lei considerando o alienante responsável tributário pelo pagamento de tal taxa, em caso de não comunicação ao órgão de trânsito.

A Lei nº 7645/91, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos no Estado de São Paulo, como prevê o art. 1º, tributa os serviços e


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

atividades previstos em suas tabelas, entre os quais estava o Licenciamento de Veículos, Tabela "C", Item 19.

A referida lei não estabelecia qualquer hipótese de responsabilidade tributária, dispondo apenas sobre o contribuinte, que, segundo o art. 4º, é a pessoa "que solicitar a prestação do serviço público ou a prática do ato decorrente da atividade do poder de polícia ou, ainda, por quem for o beneficiário direto do serviço ou do ato".

Evidente que o autor, não sendo mais proprietário nem beneficiário do serviço de licenciamento, não era contribuinte.

A Lei nº 15.266/13 revogou em parte o diploma anterior e trouxe regras expressas a respeito da taxa de licenciamento, arts. 33 a 38, *in verbis*:

**DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO**

Artigo 33 - A taxa de fiscalização e licenciamento de veículo, de que trata o artigo 130 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, é devida anualmente em razão do exercício do poder de polícia.

Artigo 34 - Considera-se ocorrido o fato gerador da taxa:

I - em se tratando de veículo usado, no dia 1º de janeiro de cada ano ou na data do registro do veículo neste Estado;

II - em se tratando de veículo novo, na data da primeira aquisição pelo consumidor.

Artigo 35 - É contribuinte da taxa a pessoa natural ou jurídica proprietária de veículo sujeito a licenciamento neste Estado.

Artigo 36 - A taxa, cujo valor está previsto no item 11 do Capítulo IV do Anexo I desta lei, deverá ser recolhida nos prazos definidos pelo órgão de trânsito estadual e na forma estabelecida pela Secretaria da Fazenda.

Artigo 37 - Fica dispensado o pagamento da taxa, a partir do exercício seguinte ao da data de ocorrência do evento, na hipótese de privação dos direitos de propriedade do veículo, na forma estabelecida pelo Poder Executivo.

Parágrafo único - Restituída a posse, o proprietário do veículo deverá pagar a taxa no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de devolução do bem.

Artigo 38 - A critério da Secretaria da Fazenda, o lançamento de ofício da taxa e das multas previstas no artigo 16 desta lei poderá ser efetuado em conjunto com o do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, aplicando-se ao respectivo procedimento administrativo tributário as disposições da Lei nº 13.296, de 23 de dezembro de 2008.

Novamente, nota-se a inexistência de previsão legal atribuindo a responsabilidade tributária a qualquer pessoa que não seja o proprietário, como dispõe o art. 35.

Logo, quanto à taxa de licenciamento, o autor não possui responsabilidade.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Indo adiante, no que alude ao DPVAT, trata-se de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, regrado pela Lei nº 6.194/74 e normas do CNSP (Conselho Nacional dos Seguros Privados).

A leitura da legislação revela que a responsabilidade pelo pagamento, iniludivelmente, é do proprietário, e apenas do proprietário. Toda a Lei nº 6.194/74, ainda que não explicitamente, está a sinalizar que o seguro DPVAT é pago pelo proprietário do veículo.

De qualquer maneira, o art. 12 dessa lei atribuiu ao CNSP a competência para a expedição de normas complementares e este, na Res. nº 273/12, estabeleceu no art. 2º, § 1º, que o "proprietário do veículo sujeito a registro e licenciamento" é que "deve pagar o Seguro DPVAT".

Desse modo, não há base legal para o DPVAT ser cobrado de quem não é o proprietário.

O lançamento é efetuado em nome daquele que consta como proprietário mas, demonstrado nos autos que aquela pessoa não é, de fato, proprietária – pois o domínio do bem móvel transfere-se com a tradição -, não terá ela responsabilidade pelo pagamento do DPVAT.

Procede o pedido, pois, em relação ao DPVAT.

Vejamos, ao final, o tratamento legislativo a respeito das penalidades.

Estas, com as vênias ao autor, são também de sua responsabilidade, diante da expressa previsão do art. 134 do CTB: "No caso de transferência de propriedade, o proprietário antigo deverá encaminhar ao órgão executivo de trânsito do Estado dentro de um prazo de trinta dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação."

Ao contrário do que sugere o autor, inexistente inconstitucionalidade no dispositivo, pois o princípio da pessoalidade das penas (art. 5º, XLV, CF) aplica-se apenas ao Direito Penal, não se estendendo às infrações administrativas de trânsito, especialmente quando haja justificativa válida para a responsabilização do terceiro não infrator (autor). É o caso dos autos, em que a não comunicação da venda é suficiente para justificar a responsabilidade, especialmente porque desconhecido o


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

atual proprietário ou mesmo o adquirente inicial.

Por fim, a despeito da parcial responsabilidade do autor pelos débitos, acima reconhecida, há que se dar uma solução (ainda que incompleta) ao fato concreto de que o autor alienou o veículo e não tem condições de efetuar a comunicação do art. 134 do CTB em razão de não dispor dos dados a respeito do adquirente ou cópia do DUT, situação esta que recomenda providências no sentido de compelir o (desconhecido) proprietário atual a regularizar o registro.

Assim, determinei o bloqueio de circulação do veículo (transferência e licenciamento), medida é autorizada pelo E. TJSP: Ap. nº 0003934-48.2009.8.26.0390, 6ª Câmara de Direito Público, Des. Rel. Sidney Romano dos Reis; AC nº 0047784-48.2009.8.26.0554, 13ª Câmara de Direito Público, rel. Des. Luciana Bresciani. A providência, por ser de natureza administrativa, é determinada *ex officio*.

### **DISPOSITIVO**

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação e: CONDENO o réu na obrigação de excluir do prontuário do autor os débitos relativos a DPVAT e licenciamento, por conta da motocicleta indicada; CONDENO o réu na obrigação de não lançar novos débitos de DPVAT e licenciamento em nome do autor, por conta da motocicleta indicada; CONDENO o réu na obrigação de não inscrever o nome do autor no CADIN por conta de débitos de DPVAT e licenciamento relativos à motocicleta indicada.

Ante a sucumbência recíproca, arcará cada parte com 50% das custas e despesas, observada a AJG do autor, e compensam-se inteiramente os honorários advocatícios.

Ao final, determino o bloqueio de circulação do veículo, o que providenciei pelo RENAJUD, conforme impresso a seguir.

P.R.I.

São Carlos, 17 de março de 2014.

<p><b>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</b></p>
--